



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

GOVERNANÇA ECLESIAÍSTICA:

UM ESTUDO DE CASO NA CÚRIA METROPOLITANA DE FORTALEZA

JOAQUIM FERNANDO PONTES III / AUGUSTO CÉZAR DE AQUINO CABRAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA - PPAC PROFISSIONAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

JOAQUIM FERNANDO PONTES III

Produto Técnico resultado da pesquisa
GOVERNANÇA ECLESIAÍSTICA:
UM ESTUDO DE CASO NA CÚRIA METROPOLITANA DE FORTALEZA

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P858g Pontes III, Joaquim Fernando.
Governança eclesial: um estudo de caso na cúria metropolitana de Fortaleza / Joaquim Fernando Pontes III. – 2023.
15 f.

Relatório Técnico Conclusivo – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Augusto César de Aquino Cabral.

ISBN: 978-85-7485-490-8

1. Relatório Técnico. 2. Estudos Organizacionais. 3. Gestão de Pessoas. I. Título.

CDD 658.1

JOAQUIM FERNANDO PONTES III

**GOVERNANÇA ECLESIAÍSTICA:
UM ESTUDO DE CASO NA CÚRIA METROPOLITANA DE FORTALEZA**

Produto Técnico resultante do Trabalho de conclusão de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como produção técnica da área de concentração de Gestão Organizacional.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas.

Orientador: Prof. Dr. Augusto César de Aquino Cabral

FORTALEZA
2023

Título: Governança eclesialística: um estudo de caso na cúria metropolitana de Fortaleza
[Relatório Técnico Conclusivo]

Autores: Joaquim Fernando Pontes III e Augusto César de Aquino Cabral

Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Alessandra Carvalho de Vasconcelos,
Coordenadora do PPAC Profissional; Augusto César de Aquino Cabral, Vice-coordenador do
PPAC Profissional

Editor: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Edição Eletrônica: dezembro de 2023

ISBN: 978-85-7485-490-8

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)

Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria – PPAC Profissional

Av. da Universidade, 2431, Benfica, CEP 60020-180, Fortaleza-CE

Telefone: (85) 3366-7816

Endereço eletrônico: <https://ppacprof.ufc.br>

Resultado da pesquisa “Governança eclesialística: um estudo de caso na cúria metropolitana de Fortaleza”

Turma: MPAC / SINTAF

Instituição contratante: Sindicato dos Fazendários do Ceará – SINTAF.

Prezado Sr. Presidente do Sindicato dos Fazendários do Ceará – SINTAF,

Apresentamos a seguir um Relatório Técnico referente à pesquisa realizada por **Joaquim Fernando Pontes III**, sob a orientação do Prof. Dr. Augusto César de Aquino Cabral, no período de 2022 a 2023, no âmbito do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará.

Estamos certos que este trabalho constitui um relevante instrumento para melhorias das ações empreendidas pelo SINTAF junto a seus associados e instituições parceiras.

Atenciosamente,

Joaquim Fernando Pontes III, Me. em Administração e Controladoria (UFC)

Augusto César de Aquino Cabral, Dr. em Administração (UFMG)

DETALHAMENTO DO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnológicos:

- Relatório técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado

Finalidade:

Compreender como ocorrem as práticas de governança na Cúria Metropolitana de Fortaleza.

Impacto – Nível:

- Médio

Impacto – Demanda:

- Espontânea

Impacto – Objetivo da Pesquisa:

- Solução de um problema previamente identificado

Impacto - Área impactada pela produção:

- Econômico

Impacto – Tipo:

- Potencial

Descrição do tipo de Impacto:

Disseminação de práticas que potencializem a gestão organizacional.

Replicabilidade:

- Sim

Abrangência Territorial:

- Nacional

Complexidade

- Média

Inovação:

- Baixo teor inovativo

Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:

- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas

Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição:

- Não

Houve fomento?

- Cooperação

Há registro/depósito de propriedade intelectual?

- Não

Há transferência de tecnologia/conhecimento?

- Não

ISBN: 978-85-7485-490-8

1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Este Relatório Técnico é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria intitulado Governança eclesial: um estudo de caso na cúria metropolitana de Fortaleza. Aborda-se aqui a governança corporativa no contexto do terceiro setor, tendo por foco suas práticas em instituições religiosas.

As boas práticas de governança são uma estratégia para profissionalização dos serviços. A gestão profissional é uma prerrogativa para todos os tipos de organização que intentam a perpetuidade de seus serviços. Esse aspecto não é diferente no que diz respeito ao terceiro setor, que tem agregado estudos que evidenciam a relação entre governança e profissionalização. O terceiro setor concentra, entre as organizações de iniciativa privada e de interesse público, as organizações de caráter religioso, como a Igreja Católica Apostólica Romana.

Neste Relatório, apresenta-se uma síntese acerca das práticas de governança na Cúria Metropolitana de Fortaleza, sede administrativa onde as atividades organizacionais da Arquidiocese de Fortaleza são gestadas em termos fiscais, jurídico e institucional. Mais especificamente, busca-se compreender como estas práticas ocorrem em suas quatro dimensões: evidência; mecanismo; conformidade; e desempenho.

Optou-se por escolher a Arquidiocese de Fortaleza/CE por sua trajetória histórica e por ser Fortaleza a quinta maior cidade do Brasil em população, na qual 64,11% são católicos apostólicos romanos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estudo serve de inspiração para outras instituições religiosas, haja vista a premente necessidade de profissionalização na área. Cabe destacar que, embora o campo da governança corporativa seja profícuo de estudos, há uma grande lacuna no tocante à sua aplicação no âmbito eclesial.

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa e exploratório-descritiva, tendo como sujeitos participantes vinculados à Arquidiocese de Fortaleza/CE que ocupam funções de liderança na Cúria Metropolitana. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas, com base em um instrumento originalmente quantitativo, utilizado para mensurar o Índice de Governança Corporativa das Dioceses – IDGC. A análise foi realizada por meio de análise de conteúdo, com auxílio do software Atlas.ti, identificando-se os entrevistados como “E1, E2...”

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

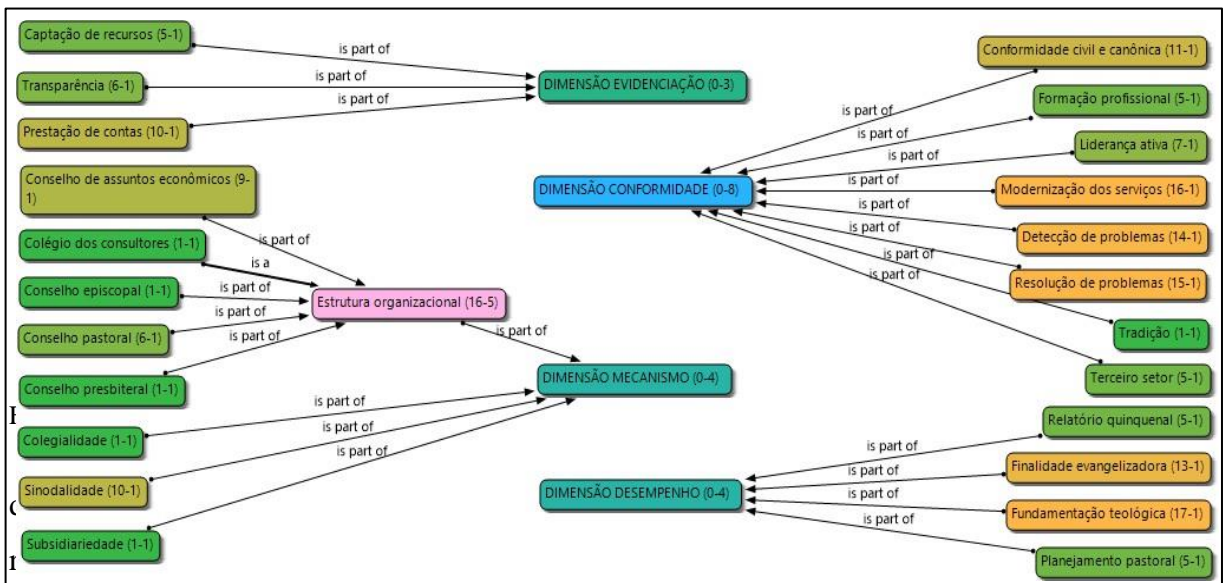
Os resultados são aqui discutidos segundo as dimensões de governança utilizadas na

pesquisa. Uma rede semântica foi gerada no *software* Atlas.ti (Figura 1) a partir das entrevistas. No centro, nas cores em tom azulados, estão as categorias de análise representadas pelas quatro dimensões da Governança eclesial: evidênciação, conformidade, mecanismo e desempenho. Na periferia, estão as subcategorias provenientes da análise de conteúdo.

As cores das subcategorias que estão à periferia da Figura variam mediante a frequência das unidades de registros categorizadas nos relatos. Dessa forma, as subcategorias em tons de verde foram aquelas menos evidenciadas, enquanto aquelas em tom amarelo tiveram maior frequência. A subcategoria “estrutura organizacional” diferencia-se por sua tonalidade rósea pelo fato de agregar subcategorias em seu conteúdo.

A frequência também está expressa em valores entre parênteses. Por exemplo, para “fundamentação teológica (17-1)”, há 17 registros. O 2º número representa a quantidade de ligações que cada item possui com as categorias centrais, neste caso uma. Na subcategoria “estrutura organizacional”, há 16 registros e 5 ligações, sendo 5 delas a subcategorias e uma categoria central. Nos outros casos, apenas um fator; todos os outros apresentam o mesmo valor nesse dado. As categorias no centro apresentam como segundo valor o número de itens a elas ligados: 3 para evidênciação, 8 para conformidade, 4 para mecanismo e 4 para desempenho.

Figura 1 - Rede semântica das dimensões na Governança Eclesial.



Em relação à captação de recursos, os entrevistados apontaram diferentes formas de

arrecadação, relevante para a perpetuidade da instituição. Esta visão reitera o argumento que a captação de recursos visa atingir as metas e perpetuar a sustentabilidade da organização.

Sobre a transparência, E1 destacou a motivação pessoal ao declarar que “toca um elemento humano e a consciência, às vezes difícil de detectar, quando existe uma não-transparência ou alguma omissão”. Essa visão está associada à busca de se reduzir a assimetria das informações, fato que proporciona um clima de confiança. Esse procedimento aproxima-se da proposta do IBGC, na medida em que se trata da motivação de disponibilizar para as partes concernidas as informações que sejam de seu interesse, não apenas as impostas por lei.

Outro item evidenciado é a prestação de contas, uma vez que todos concordaram que nem sempre os prazos são cumpridos. E4 afirmou que esse procedimento é mensal e associou essa prática à transparência, aspecto fundamental para a gestão. A prestação de contas em empresas do terceiro setor ocorre pela necessidade de os projetos sociais terem seus resultados avaliados para verificar se os recursos investidos estão sendo gerenciados de forma efetiva.

Na dimensão conformidade, o item mais valorizado foi o de modernização dos serviços e o que obteve menos registros foi tradição. Os entrevistados reconheceram a importância do cumprimento das leis, de caráter civil ou canônica, prevalecendo a necessidade de constante atualização. Neste aspecto, ambas as leis se interceptam em acordos jurídicos.

Nessa esteira, quanto à formação profissional, E1 destaca o conhecimento sobre aquilo que se faz: “a primeira coisa é a formação das pessoas, que deve ser feita para estarem conscientes”. A formação tem se intensificado, mudando o foco do mero voluntariado para a visão gerencial, mediante o rigor administrativo e financeiro, assim como nos outros setores.

Nos termos de uma liderança ativa, observou-se uma constatação unânime entre os entrevistados. E5 aponta a importância da liderança: “a gente não deixa elas (paróquias) de fora, vai sempre atrás, procurar o que foi que aconteceu, no que a gente pode ajudar, para que a gente possa estar tudo junto e cumprir os prazos”. A literatura apresenta o tema da liderança na Igreja Católica como relacionado à autoridade e direcionado para a governança, devendo ser exercida com base em conhecimento e habilidades em prol da missão evangelizadora.

Sobre a modernização dos serviços, os relatos foram unânimes em afirmar que os serviços da Cúria Metropolitana estão sendo atualizados. As mudanças empreendidas foram salientadas por E4: “A nível de Brasil e na dimensão organização eclesial, temos nos atualizado bastante, utilizando sistemas financeiro, econômico e contábil”. Novas ferramentas viabilizam a modernização, com entrega mais eficiente dos resultados e da interligação das partes que compõem a estrutura organizacional. Reconhece-se uma transição de uma gestão

amadora para uma focada na utilização de modernas técnicas.

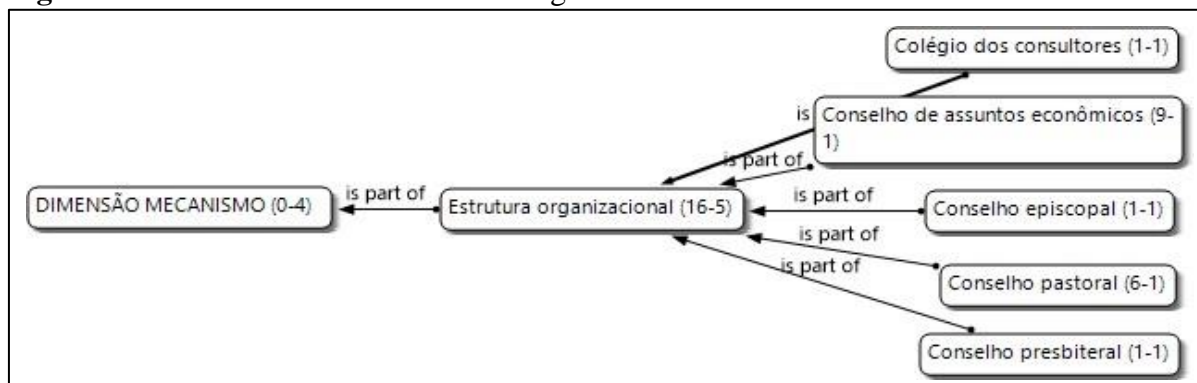
A detecção de problemas foi descrita como atividade de rotina, uma vez que o devido controle isenta de possíveis problemas fiscais, previamente identificados pela contabilidade. Conforme E4, “nos são apresentados os controles dos extratos bancários. A partir daí é que a gente identifica a vulnerabilidade da prestação de contas”. A literatura reconhece que as dioceses estão cada vez mais habilitadas quando se trata de prevenir, detectar e solucionar problemas. Este item está diretamente relacionado ao seguinte, a resolução de problemas.

Nesta direção, o item resolução de problemas demonstrou a pertinência dos agentes que compõem a Cúria metropolitana em solucionarem eventuais disfunções, por meio do diálogo, conforme aponta E3. Sendo o caso, aplica-se medida disciplinar de advertência.

Em relação à tradição, destaca-se a fidelidade aos princípios e valores mesmo mediante a alternância do tempo. E1 salienta que “a Igreja está sempre lendo os sinais nos tempos como fidelidade à tradição”. Ademais, reforça-se que a personalidade jurídica da instituição insere-se no terceiro setor, dado que não se visa lucro; é uma instituição de terceiro setor no sentido civil, mas tem seus objetivos próprios como igreja, como instituição eclesial.

Em relação à dimensão mecanismo, o item mais valorizado foi estrutura. As diversas pessoas jurídicas numa são tidas pela legislação como filiais da Mitra Arquidiocesana. A Igreja é estruturada sobre uma hierarquia, com coordenação funcional, a Cúria metropolitana, que assegura sua integração, como o órgão no qual o bispo exerce o seu governo episcopal, composto pelo conjunto de organismos com os quais é governada a diocese.

Figura 2 – Rede semântica da estrutura organizacional



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre os conselhos consultivos, E1 e E3 afirmam que cada um tem um campo, sendo

consultivos e operantes. O Colégio dos consultores tem por função a consulta prévia do bispo referente a assuntos determinados, bem como governar a diocese mediante sua vacância.

Os entrevistados destacaram o Conselho de Assuntos Econômicos, que acompanha o trabalho administrativo e financeiro do padre e aprova, junto com o padre, a contabilidade enviada para a Cúria. Os participantes são especialistas em diversas áreas, administrativa, jurídica, contábil e econômica. A estrutura apresentada converge com o direito canônico que orienta que este seja presidido pelo bispo ou seu delegado e que seja composto por pelo menos três fiéis peritos em assuntos econômicos e em direito civil, em alinhamento ao IBGC, que recomenda que os rumos estratégicos sejam decididos pelo conselho de administração.

O Conselho episcopal, apesar de não ser obrigatório, auxilia o governo da diocese junto ao bispo diocesano (ordinário), sendo constituído pelos vigários gerais e episcopais. Cada vigário episcopal exerce sua autoridade sobre um determinado número de paróquias..

O Conselho pastoral, formado por ministros ordenados e leigos, a fim de garantir maior representatividade, visa promover a ação evangelizadora da diocese. Conforme E2, esse conselho além de desenvolver o plano pastoral, faz uma avaliação dos últimos períodos na paróquia. Observa-se a concordância com o direito canônico em que o bispo, além de constituir o conselho de pastoral, o coordena sobre a sua autoridade a fim de promover as atividades da diocese, bem como propor iniciativas em consonância com determinações da Igreja universal.

O Conselho presbiteral visa o exercício ministerial dos presbíteros (padres) que auxiliam o episcopo (bispo) em sua tríplice missão: ensinar, santificar e governar. Tem como campo a vida e o Ministério dos Presbíteros, com sua tríplice missão: pregação da palavra, do culto e do pastoreio”. O relato concorda com a literatura que, em conjunto a legislação católica, as dioceses devem constituir seu conselho presbiteral, sendo este de caráter obrigatório. Este, por sua vez, é formado por um grupo de sacerdotes que representam o presbitério, auxiliando o bispo no governo da diocese promovendo a pastoral junto aos fiéis.

No mesmo contexto da categoria central mecanismo, observou-se também as categorias colegialidade, sinodalidade e subsidiariedade. Para E1, “colegialidade se diz diretamente daqueles que são cabeças na igreja. Colegialidade é dos bispos com o Papa”. Conforme E1, “há um diferencial na comunhão com o Papa, que é coordenador e cabeça do colégio”. Trata-se de uma comunhão entre pares daqueles que possuem o poder de governo da Igreja, ou seja, os bispos em suas dioceses e o papa como cabeça, reconhecendo-se a colegialidade mediante sua abrangência da comunhão entre os bispos.

A sinodalidade é inerente à natureza da Igreja. Observa-se a expressividade da comunhão em termos semelhantes como “sintonia, caminhar juntos”, presentes na entrevista de E5. Ambos os termos (colegialidade e sinodalidade) se completam, conforme a fala de E1: “Conta o projeto de Deus e conta o discernimento da boa disposição humana para captar aquilo que são as orientações de Deus. Isso é agir sinodalmente, colegialmente”. De fato, a literatura reconhece a Igreja Católica enquanto estrutura hierárquica movida por uma coordenação funcional que assegura a integração entre seus membros, reiterando a sinodalidade enquanto conjuntura eclesial marcada pela abrangência da comunhão entre os fieis em sua totalidade.

O último item da dimensão mecanismo é a subsidiariedade, entendida como permissão da autoridade superior de conceder aos membros inferiores negócios de menor importância a fim de desempenhar de forma mais eficaz aquilo que somente a ela compete. Conforme E2, “é pela subsidiariedade que a Igreja se organiza; vão sendo distribuídas as atividades, os acompanhamentos, a fiscalização, os vigários episcopais, nas suas diferentes regiões”. Esse trabalho é feito na atividade pastoral, administrativa, fiscal e contábil e, também, trabalhista.

Quanto à dimensão desempenho, o item mais valorizado foi fundamentação teológica. O item finalidade evangelizadora representa uma outra categoria em virtude da forma pontual com qual os entrevistados se referiam ao fim com o qual suas atividades exercidas pretendem atingir. Os entrevistados reportaram várias vezes durante a entrevista ao ‘relatório quinquenal’, que abrange toda a vida da diocese, permitindo um conhecimento sobre a realidade local.

O relatório quinquenal é apresentado pelo bispo diocesano ao papa a cada cinco anos, em sua visita *Ad limina apostolorum*. Em acordo com a literatura, observa-se o exercício da governança institucional com a qual a Igreja Católica monitora as dimensões de governança a nível paroquial, através da visita do bispo a cada paróquia, e a nível diocesano na entrega do referido relatório durante a visita *Ad limina apostolorum* que o bispo faz ao papa a cada cinco anos. Segue-se uma escala hierárquica na qual primeiro o ecônomo presta contas junto ao conselho de assuntos econômicos, em seguida os pároco por obrigação do ofício prestam contas de suas paróquias ao bispo e este, por sua vez, o faz a cada cinco anos ao papa.

Observou-se grande número de registros no item finalidade evangelizadora. E2 aponta que “o propósito por excelência é a evangelização”, “[...] entrada de dinheiro no âmbito da igreja é para a evangelização, e para o serviço aos pobres, e para a própria manutenção da instituição ou dos templos”. O foco na finalidade evangelizadora demonstra o direcionamento dos recursos captados. De fato, a literatura salienta que a prioridade para a entidade religiosa

é a evangelização e sua continuidade é possível mediante uma estrutura administrativa. Fatores produtivos advindos de outras instituições são agregados a organizações eclesiais com o intuito de promover a evangelização e, assim, garantir a perpetuidade de seus serviços.

O item fundamentação teológica está relacionado ao anterior na medida que há uma recorrência na percepção do aspecto sobrenatural com que os participantes encaram o serviço. E1 reconhece a estrutura administrativa como “divina-humana”. E5 reconhece a administração como uma “questão da unidade, da fraternidade, da igreja como um todo, porque todos nós somos uma só família”. Os valores e princípios cristãos estão arraigados, na medida que se reconhece a organização eclesial como conjunto de relações na comunidade de fé que se baseiam no vínculo de ordem espiritual, moral e ética. Essa intrínseca relação existente entre a função exercida e o dado teológico também remete à literatura, que entende a governança eclesial como um verdadeiro ministério, ou seja, um serviço prestado ao povo de Deus.

As atividades da Cúria metropolitana iniciam-se no planejamento pastoral, a partir de uma concordância prévia a nível nacional, em sintonia com as diretrizes da ação evangelizadora da igreja, expressando a preocupação da igreja com o longo prazo. De forma restrita à Igreja Católica, a literatura mostra que estruturas e processos devem assegurar a participação de representantes leigos, religiosos e clérigos, caracterizando um perfil de missão compartilhada através da formulação de objetivos, metas, programas e declarações de missão, para os quais possam ser investidos recursos humanos e financeiros e uma avaliação contínua.

3. CONCLUSÃO

No Brasil, a Igreja Católica Apostólica Romana está classificada como terceiro setor da economia nacional, uma vez que lida com capital privado, mas sem motivação lucrativa. Como as demais organizações contemporâneas, insere-se em um contexto complexo, em que a profissionalização, mediante práticas de governança corporativa, aplicadas no âmbito eclesial, é fundamental. A Igreja Católica tem seu modelo próprio de governança contido no Código de Direito Canônico e em outros documentos pontifícios. Alinhada a este contexto, esta pesquisa investigou como ocorrem as práticas de governança em uma instituição religiosa, especificamente na Cúria Metropolitana de Fortaleza.

As práticas de governança ocorrem na Cúria Metropolitana quando avaliadas em concordância com as dimensões do Índice de Governança Corporativa das Dioceses (IGCD) - evidênciação, conformidade, mecanismos de gestão e desempenho. Assim, o perfil de

governança da Igreja Católica atende às instâncias hierárquicas deste modelo de instituição e a profissionalização demonstra seu crescimento junto às organizações do terceiro setor.

Em relação às práticas de governança na dimensão evidenciação, atende-se à proposta de divulgar as informações a todas as partes interessadas. Tal aspecto está emergente nos meios de captação de recursos por parte da instituição e a pontual prestação de contas que preza pela transparência. Na dimensão mecanismo, a Cúria Metropolitana atende este critério na medida que seus serviços estão dispostos ao bispo diocesano, no funcionamento de seus órgãos consultivos, a saber, colégio dos consultores, conselho de assuntos econômicos, conselho episcopal, conselho pastoral e conselho presbiteral. Este segmento opera mediante os princípios de sinodalidade, colegialidade e subsidiariedade.

Em relação às práticas na dimensão conformidade, o órgão administrativo em questão opera em conformidade com a legislação civil e canônica e possui uma liderança ativa quanto à detecção e resolução de problemas, mediante a formação profissional de seus membros e a modernização de seus serviços.

No que diz respeito às práticas de governança na dimensão desempenho, observou-se que a Cúria Metropolitana de Fortaleza atende a missão específica da Igreja Católica em termos espirituais, notório na finalidade evangelizadora de seus serviços e na fundamentação teológica de seu conteúdo. Nesta dimensão, também está contida uma visão a longo prazo em termos de sustentabilidade da diocese em nome do qual o órgão administrativo opera na devolutiva do relatório quinquenal à Santa Sé e o planejamento de suas atividades pastorais.

As práticas de governança na Cúria Metropolitana de Fortaleza seguem ao critério de evidenciação, à medida que atua de forma transparente na divulgação de suas informações, ao critério de mecanismo à medida que se dispõe como órgão administrativo a prestar serviço ao bispo, ao critério de conformidade, mediante ao trabalho exercido em acordo com a legislação civil e canônica e, por último, ao critério de desempenho, à medida que atende a missão específica da igreja: a salvação das almas (*Pro Animarum Salute*).

Ressalta-se que a análise das dimensões de governança eclesial da Arquidiocese de Fortaleza foi possível em razão da metodologia qualitativa aplicada. O método quantitativo quando aplicado a esse tipo de estudo tem como resultado as estatísticas que discriminam os níveis de adoção das práticas, fato que acaba por não contextualizar o fenômeno das dimensões da governança na instituição em estudo. O acesso a essas informações referentes ao desenvolvimento de uma estrutura de governança voltada para instituições religiosas, fundamentada no segmento profissional deste setor, só foi possível com o processo de escuta

dos participantes que aprofundaram em seus relatos como esse procedimento é vivenciado.

Nesse sentido, com este relatório, agrega-se nova perspectiva sobre o constructo da governança em instituições religiosas, principalmente em termos de confissão religiosa católica, até então pouco explorada. Destaca-se a utilização da metodologia qualitativa que mostrou-se rica, por apresentar maior visibilidade e valorização dos dados obtidos para analisar as dimensões características da governança eclesiástica. Como contribuição para o campo da gestão, a pesquisa possibilitou aplicar o arcabouço do mundo corporativo para o terceiro setor, como foco em uma instituição religiosa.